

nômico e ao bem-estar social, a inevitável expansão das despesas correntes, gerada pela necessidade de melhoria da produtividade dos serviços prestados, tornaram imperiosa a adoção de medidas capazes de assegurar a adequação dos dispêndios aos recursos disponíveis existentes, sem prejuízo do incentivo a ser dispensado às atividades econômicas produtivas e do atendimento aos serviços considerados prioritários.

O disciplinamento da realização das despesas, em sintonia com a programação financeira, para assegurar equilibrada execução orçamentária, aliada a uma atuação mais rigorosa do mecanismo arrecadador e fiscalizador, estão criando condições que haverão de propiciar ao Governo meios necessários à preservação da estabilidade financeira do Tesouro e à consecução de extenso rol de empreendimentos reclamados pelo desenvolvimento econômico e social do Estado.

Os resultados da prática dessas diretrizes nesses poucos meses de Governo, não obstante as circunstâncias especiais que revestem a atual execução orçamentária, vêm correspondendo razoavelmente à expectativa criada pela presente conjuntura, conforme pode ser verificado da análise numérica das receitas e despesas realizadas no decorrer do período considerado.

a) Execução da Receita

Os Recursos previstos na peça orçamentária do Estado originam-se essencialmente da arrecadação do ICM, cujos montantes, nestes últimos exercícios, representaram parcelas correspondentes a cerca de 75% do total das receitas. Como o comportamento desse tributo é resultante do volume das transações taxadas e do nível de preços, obviamente sua arrecadação ainda neste exercício refletirá os efeitos do processo inflacionário, devendo alcançar montante superior à estimativa original, considerados os valores realizados no curso do primeiro semestre e as expectativas em relação ao segundo.

Os resultados da gestão orçamentária da receita até 30 de junho de 1979 estão condensados nos quadros de I a III, através dos quais se demonstra:

1) as arrecadações do período janeiro-junho/79, por categorias econômicas, em confronto com as respectivas previsões: as receitas realizadas totalizaram a cifra de Cr\$ 70 566 milhões, correspondentes a 42,38% das estimativas originais. Desse total, Cr\$ 54 970 milhões (77,9%) referem-se a recursos provenientes da arrecadação do ICM, dos quais Cr\$ 10 994 milhões (20%) destinam-se aos municípios, nos termos da legislação vigente;

2) o comportamento mensal da arrecadação do ICM totalizou no período Cr\$ 56 317 milhões, compreendendo ICM puro Cr\$ 54 970 milhões mais ICM carne, trigo, em atraso, e correção monetária;

3) as realizações das receitas provenientes de transferências federais e os respectivos repasses até junho último, nas importâncias de Cr\$ 5 422 milhões e Cr\$ 2 810 milhões, respectivamente.

b) Execução da Despesa

Os números de execução orçamentária da despesa, relativos ao primeiro semestre do exercício, estão consubstanciados nos Quadros demonstrativos de IV a VI, por meio dos quais se evidenciam:

1) as despesas autorizadas e realizadas, por categorias econômicas, com a indicação dos valores a realizar até o final do exercício. As despesas correntes realizadas totalizaram Cr\$ 50 398 milhões, ou 41,31% das dotações e créditos autorizados, dos quais Cr\$ 27 593 milhões e Cr\$ 22 805 milhões correspondem a dispêndios referentes a custeio e transferências correntes, respectivamente. As despesas de capital somaram Cr\$ 13 878 milhões, ou 33,20% do montante autorizado, distribuindo-se por investimentos, inversões financeiras e transferências de capital, nas importâncias, respectivamente, de Cr\$ 627 milhões, Cr\$ 1 008 milhões e Cr\$ 12 163 milhões;

2) a distribuição das despesas realizadas, por órgãos do Governo, segundo as categorias econômicas, em confronto com as respectivas autorizações. O total das despesas realizadas elevou-se a Cr\$ 64 276 milhões, correspondendo a 38,26% do montante autorizado até 30 de junho de 1979.

c) Resultado da Execução Orçamentária

A posição da execução orçamentária, sintetizada no quadro VII, demonstra que:

1º) as receitas realizadas alcançaram o total de Cr\$ 70 566 milhões, enquanto que as despesas realizadas atingiram o montante de Cr\$ 64 276 milhões, resultando do confronto de ambos os valores a diferença positiva de Cr\$ 6 290 milhões;

2º) essa menor realização de despesas em relação às receitas efetivamente arrecadadas não traduz, de forma alguma, a ocorrência de "superávit" na gestão relativa ao primeiro semestre de 1979, isto porque:

a) as despesas de pessoal e reflexos

apurados no encerramento do semestre, no montante de Cr\$ 25 295 milhões, não traduzem, em termos reais, as despesas do período sob esse título, isto porque, naquele total, não estão computados os dispêndios resultantes da concessão de abono mensal aos funcionários públicos, inclusive os inativos; da revalorização dos vencimentos dos componentes da Polícia Militar; da revalorização dos vencimentos dos delegados de polícia e da magistratura, autorizados, respectivamente, pelas Leis Complementares nºs 216, de 2 de julho de 1979, 218, da mesma data, 219, de 10 de julho de 1979 e 211, de 10 de maio de 1979, segundo estimativas elaboradas pelos órgãos técnicos, à luz dos encargos da espécie existentes neles, considerados os encargos relativos ao 1º mês, pagos ao final do segundo semestre, e os decorrentes das majorações autorizadas pelas referidas leis, as despesas de pessoal e reflexos do exercício de 1979 deverão totalizar, aproximadamente, a cifra de Cr\$ 70 bilhões;

b) os dispêndios públicos subordinam-se a preceitos legais e a estágios bem definidos na sua realização - empenho, realização e pagamento, sendo este último ainda precedido da fase denominada liquidação, quando se procede à verificação do direito adquirido pelo credor ao recebimento da importância que lhe é devida -, em decorrência dos quais a utilização de recursos orçamentários não se processa automaticamente;

c) a estrutura dos gastos do Estado, as peculiaridades de atuação das unidades de despesa e a disciplina imposta pelo regime de quotas trimestrais revestem-se de formas e procedimentos responsáveis por naturais retardamentos no processo de realização de gastos;

d) assim, o resultado do exercício de 1979, a ser apurado por ocasião do levantamento do Balanço Geral do Estado, é que poderá, considerando o que já se dige nos itens 1º e 2º, letras "a", "b" e "c", determinar a ocorrência de "déficit" ou de "superávit".

III - RESTOS A PAGAR

Os resíduos passivos, registrados em contas de restos a pagar no balanço encerrado em 31 de dezembro de 1978, totalizavam Cr\$ 6 541 379 814,89.

Concluída a gestão financeira do primeiro semestre do corrente exercício, a posição desse compromisso reduziu-se à cifra de Cr\$ 729 594 milhões, em decorrência de pagamentos e baixas que totalizaram Cr\$ 5 811 785 690,74. Os saldos remanescentes correspondem a 11,15% do montante inscrito no final de 1978, conforme se verifica a seguir:

DESPESAS
1978/79

DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM DEZEMBRO/78 (Cr\$ mil)	SALDO EM JUNHO/79 (Cr\$ mil)	VARIAÇÃO PERCENTUAL
DESPESAS PROCESSADAS	6 046 183	688 252	
Pessoal	2 616 121	3 077	0,12
De Capital	2 058 201	475 775	23,12
Outras	1 371 861	209 400	15,26
DESPESAS NÃO-PROCESSADAS	495 196	41 342	
De Capital	229 118	30 512	13,32
Outras	266 078	10 830	4,07
T O T A L	6 541 379	729 594	11,15

IV - POSIÇÃO FINANCEIRA

A posição financeira do Estado, resultante da execução orçamentária até 30 de junho de 1979 (receitas e despesas realizadas) e da movimentação de fundos de natureza extra-orçamentária, recebimentos e pagamentos, às quais se acrescem os valores representativos dos recursos recebidos do ano anterior e os transferidos para o mês de julho, é demonstrada no quadro VIII.

Os comentários e demonstrativos anteriormente produzidos, pertinentes à execução orçamentária da receita e despesa, destacaram os números e resultados de maior expressão e interesse para esta Mensagem. Os aspectos mais sugestivos que a análise dessa posição pode ressaltar prendem-se às operações que envolvem recebimentos e pagamentos processados independentemente da gestão orçamentária. Assim é que:

a) os saldos financeiros disponíveis no início do exercício, provenientes de recursos recebidos do ano anterior, totalizavam Cr\$ 6 286 857 859,05, dos quais Cr\$ 1 414 281 824,34 correspondiam a recursos vinculados em contas correntes bancárias;

b) os recebimentos de numerários de na-

tureza extra-orçamentária totalizaram Cr\$ 2 451 518 220,55, enquanto que os pagamentos somaram Cr\$ 10 913 728 242,99;

c) o montante de todos os ingressos no primeiro semestre de 1979, abrangendo receitas orçamentárias, extra-orçamentárias e saldos financeiros oriundos do exercício anterior, atingiu a parcela de Cr\$ 79 304 336 184,35;

d) os desembolsos produzidos pela realização de despesas orçamentárias e extra-orçamentárias totalizaram Cr\$ 72 239 210 349,48;

e) do estejo de todos os valores correspondentes às receitas e despesas realizadas, inclusive as de natureza extra-orçamentária, resulta a existência de um saldo financeiro, disponível em 30 de junho de 1979, de Cr\$ 7 065 125 834,87, assim decomposto:

- Caixa	Cr\$ 35 028,78;
- Bancos	Cr\$ 1 660 824 545,36;
- Caixa Regional, Setoriais e Subsetoriais	Cr\$ 2 267 191 846,11;
- Disponível Vinculado	Cr\$ 3 137 074 414,62.

f) entre o total de Cr\$ 64 276 038 575,87

(quadro V) indicativo do montante das despesas realizadas, e o de Cr\$ 61 325 482 106,49 (quadro VIII), representativo dos dispêndios efetivamente pagos até 30 de junho de 1979, há uma diferença de Cr\$ 2 950 556 469,38, correspondente, em sua maior parte, às despesas que ainda não completaram os estágios de processamento a que legalmente se submetem. Entre essas despesas incluem-se, substancialmente, as referentes a pessoal e reflexos e a créditos de fornecedores, empreiteiros de obras e prestadores de serviços em geral, apropriadas no mês de junho. As primeiras, segundo a escala estabelecida, são pagas em julho e as faturas e medições correspondentes às últimas são liquidadas, praticamente, no decorrer dos trinta dias subsequentes à apuração definitiva dos respectivos créditos.

V - DÍVIDA PÚBLICA

A composição da dívida estadual, fundada e flutuante, de origem interna e externa, no encerramento do primeiro semestre do corrente ano, comparada com a existente em 31 de dezembro de 1978, acha-se consubstanciada no quadro IX.

A movimentação havida nos principais grupos de contas representativos da dívida pública revela que as operações financeiras, realizadas no decorrer do primeiro semestre, produziram uma redução de saldos da ordem de Cr\$ 1 559 358 300,51, em relação aos registrados na abertura do exercício. A conjugação de eventos determinantes das principais variações de valores ocorridas nesse período pode ser assim explicada:

a) a dívida interna, expressa por títulos em circulação, cresceu Cr\$ 1 572 817 350,52, em consequência de emissões de Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado de São Paulo e Bônus Notativos, o mesmo ocorrendo com a dívida interna a pagar, no montante de Cr\$ 26 294 285,67, em razão de juros a pagar, incidentes sobre as ONTPs. A composição da dívida interna, traduzida em valores nominais e correções monetárias, acha-se demonstrada no quadro X;

b) a dívida externa fundada abrangendo Cr\$ 3 971 437 603,84 de principal e Cr\$ 4 656 137 014,56 de variação cambial, reduziu-se de Cr\$ 1 462 680 666,66, em consequência das operações realizadas no semestre, entre as quais sobressaem as amortizações de vários empréstimos. A composição dessa dívida, compreendendo os valores principais e os decorrentes de variação cambial, num total de Cr\$ 7 164 893 951,74, está evidenciada no quadro XI;

c) a dívida flutuante em 30 de junho de 1979 apresentou um decréscimo da ordem de Cr\$ 1 669 494 984,37, em relação a 31 de dezembro de 1978, ou seja, passou de Cr\$ 12 456 618 953,89 para Cr\$ 10 787 123 969,52 (quadro IX).

A situação da dívida do Estado e dos meios de pagamento, em 30 de junho de 1979, está demonstrada no Quadro XII, cuja análise revela que:

a) os encargos gerados pela constituição de dívidas internas e externas, assim como os provenientes da gestão orçamentária do primeiro semestre, totalizam Cr\$ 36 156 981 162,95;

b) os meios de pagamentos, representados por recursos financeiros em poder de tesourarias, pagadoras e estabelecimentos de crédito, atingem o montante de Cr\$ 7 065 125 834,88;

c) deduzido o valor das disponibilidades de Cr\$ 7 065 125 834,87 do montante das dívidas de Cr\$ 36 156 981 162,95, os compromissos líquidos financeiros do Estado expressam-se pela cifra de Cr\$ 29 091 855 328,08;

d) em 31 de dezembro de 1978, as dívidas do Estado totalizavam Cr\$ 37 716 339 463,46 e as disponibilidades financeiras, Cr\$ 6 286 857 859,05, registrando-se, então, a existência de compromissos líquidos da ordem de Cr\$ 31 429 481 604,41;

e) essas posições, comparadas às registradas no término do primeiro semestre, indicam que os com-